

## CADERNO DE ENCARGOS

---

*Consulta Prévia Simplificada n.º 005/2025/623*

---

**Contratação de Serviços para Elaboração de Projetos de Execução para:**

**Lote 1 - Construção de Pavilhão Multiusos**

**Lote 2 - Requalificação do Piso 1 da Cantina 3 para Criação de Espaços de Formação**

**Lote 3 - Requalificação e Ampliação do Edifício C1**

#### Cláusula 1.ª

##### **Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **Contratação de Serviços para Elaboração de Projetos de Execução para:**

**Lote 1 - Construção de Pavilhão Multiusos;**

**Lote 2 - Requalificação do Piso 1 da Cantina 3 para Criação de Espaços de Formação;**

**Lote 3 - Requalificação e Ampliação do Edifício C1;**

conforme especificações técnicas constantes no programa preliminar.

#### Cláusula 2.ª

##### **Prazo**

1. O presente contrato será reduzido a escrito, em data conveniente para ambas as partes.
2. O contrato terá início na data da sua assinatura e mantém-se em vigor até à entrega do projeto de execução, que deverá ser realizada no **prazo máximo de 30 (trinta) dias**, de acordo com as fases e respetivos prazos constantes no programa preliminar.
3. O contrato mantém-se em vigor até à conclusão e aceitação dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

#### Cláusula 3.ª

##### **Obrigações principais do prestador de serviços**

1. As obrigações para o prestador de serviços são as previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos, cláusulas técnicas definidas no programa preliminar e no clausulado contratual.
2. A título acessório, o prestador de serviços fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### Cláusula 4.ª

##### **Objeto do dever de sigilo**

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Instituto Politécnico de Leiria, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### Cláusula 5.ª

##### **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### Cláusula 6.ª

##### **Proteção de dados pessoais**

1. O prestador de serviços obriga-se ao estrito cumprimento do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, na redação que lhe foi dada pela Retificação de 4 de maio de 2018, publicitada no Jornal Oficial da União Europeia de 23 de maio de 2018, nomeadamente no que diz respeito às obrigações relativas ao tratamento dos dados pessoais que lhe sejam transmitidos pelo primeiro outorgante para efeito de execução do presente contrato.
2. O prestador de serviços compromete-se a adotar e apresentar garantias suficientes de execução das medidas técnicas e organizativas adequadas, de forma a se satisfaçam os requisitos do RGPD no tratamento dos dados pessoais e a defesa dos direitos dos titulares dos dados.
3. O prestador de serviços compromete-se ao cumprimento das demais obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais.

#### Cláusula 7.ª

##### **Preço contratual e preço base**

1. Pela prestação do serviço objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos e Programa Preliminar, o Instituto Politécnico de Leiria obriga-se a pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, que **não pode exceder os seguintes preços base**, por Lote (acrescido de IVA):

Lote 1 - Construção de Pavilhão Multiusos – 73.950,00 €

Lote 2 - Requalificação do Piso 1 da Cantina 3 para Criação de Espaços de Formação – 8.850,00 €

Lote 3 - Requalificação e Ampliação do Edifício C1 – 9.025,00 €

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Instituto Politécnico de Leiria, incluindo despesas com alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e



manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

#### Cláusula 8.ª

##### **Condições de pagamento**

1. O pagamento das faturas é efetuado no **prazo de 60 (sessenta) dias de calendário**, a contar da data da sua receção pelo Instituto Politécnico de Leiria, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida após a aprovação do Projeto de Execução, pelo que o cocontratante deverá emitir a fatura referente a 100% do valor do contrato após a referida aprovação.
3. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 2, as faturas são pagas através de transferência bancária a indicar pelo cocontratante.

#### Cláusula 9.ª

##### **Gestor do contrato**

Para efeitos previstos no artigo 290.º - A do CCP, o gestor do contrato designado será o Eng.º Joaquim Santos, Diretor de Serviços de Gestão de *Campi* e Infraestruturas.

#### Cláusula 10.ª

##### **Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Instituto Politécnico de Leiria pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de prestação dos serviços objeto do contrato, até 10% do valor do contrato, face ao prazo indicado na fase 3, quando forem excedidos 30 dias.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, pode exigir-lhe para além da pena pecuniária prevista no n.º anterior, uma indemnização nos termos gerais.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Instituto Politécnico de Leiria deve ter em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
4. No caso de resolução sancionatória, o Instituto Politécnico de Leiria pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos do presente artigo.

#### Cláusula 11.ª

##### **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força



maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### Cláusula 12.ª

##### **Resolução por parte do contraente público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Instituto Politécnico de Leiria pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente no seguinte caso:
  - a) Incumprimento, total ou parcial, do prazo estabelecido para a prestação do serviço objeto do contrato ou declaração escrita do prestador de serviços de que o serviço será prestado para lá desse prazo.



2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Instituto Politécnico de Leiria.

#### Cláusula 13.ª

##### **Resolução por parte do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.
3. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Politécnico de Leiria, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

#### Cláusula 14.ª

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### Cláusula 15.ª

##### **Subcontratação e Cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo Prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

#### Cláusula 16.ª

##### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### Cláusula 17.ª

##### **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.



**IPL**  
instituto politécnico  
de leiria

3. Em sede de execução contratual, todas as comunicações do Instituto Politécnico de Leiria dirigidas ao prestador de serviços são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, fax ou correio eletrónico, de acordo com os elementos a indicar pelo Prestador de serviços.
4. Em sede de execução contratual, todas as comunicações do prestador de serviços dirigidas ao Instituto Politécnico de Leiria são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, fax ou correio eletrónico, de acordo com os seguintes elementos:

Instituto Politécnico de Leiria

À atenção de:

Direção de Serviços de Gestão de *Campi* e Infraestruturas

Instituto Politécnico de Leiria

Rua General Norton de Matos - Apartado 4045 - 2411-901 Leiria

E-mail: [dst@ipleiria.pt](mailto:dst@ipleiria.pt)

Cláusula 18.ª

**Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em particular o Código dos Contratos Públicos.

## **Anexo I**

### **Especificações Técnicas**

#### **Cláusula 19.ª**

##### **Programa Preliminar**

O Instituto Politécnico de Leiria pretende contratar Serviços para Elaboração de 3 Projetos de Execução (3 Lotes definidos na cláusula 1ª), considerando os serviços e requisitos técnicos constantes nos respetivos **Programas Preliminares** anexo.

#### **Cláusula 20.ª**

##### **Seguros**

1. É da responsabilidade do Prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos:
  - a) Acidentes de trabalho para quaisquer trabalhadores do prestador de serviços que venham a prestar serviço nas instalações do Instituto Politécnico de Leiria.
  - b) Responsabilidade civil.
  - c) Seguro de projeto
2. O Instituto Politécnico de Leiria pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Prestador de serviços fornecê-la no prazo 5 dias úteis.